

UM OLHAR SOBRE OS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS. CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E DETERMINANTES

Ronald Rodrigues Guimarães¹;

Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

<https://lattes.cnpq.br/4788750232861939>

Ronald Rodrigues Guimarães Júnior².

Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

<https://lattes.cnpq.br/4347807616438731>

RESUMO: O capítulo analisa os territórios vulneráveis no Brasil, destacando sua origem em processos históricos de exclusão social, planejamento urbano inadequado e desigualdades econômicas e políticas. Tais territórios se caracterizam pela negação de direitos básicos, invisibilidade social e perpetuação de ciclos de vulnerabilidade. A compreensão desse fenômeno demanda uma abordagem interdisciplinar, envolvendo dimensões urbanísticas, sociais, econômicas, ambientais e de saúde, além do olhar sensível da psicologia para os impactos subjetivos sobre os moradores. O texto defende a necessidade de superar ações pontuais, promovendo mudanças estruturais no planejamento e gestão urbana, com ênfase na justiça social e no direito à cidade. Destaca-se também a importância de desconstruir o estigma associado a esses territórios e reconhecer a dignidade dos seus habitantes. Por fim, ressalta a efetivação da intersetorialidade e da participação ativa da população como caminhos essenciais para políticas públicas eficazes e para a construção de cidades mais justas e igualitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade territorial. Justiça social. Políticas públicas.

UNDERSTANDING VULNERABLE TERRITORIES: CONCEPTS, CHARACTERISTICS, AND DETERMINANTS

ABSTRACT: This chapter examines vulnerable territories in Brazil, emphasizing their roots in historical processes of social exclusion, inadequate urban planning, and persistent economic and political inequalities. These territories are marked by the denial of basic rights, social invisibility, and the ongoing reproduction of vulnerability cycles. Understanding this phenomenon requires an interdisciplinary approach, integrating urban, social, economic, environmental, and health perspectives, as well as psychology's nuanced insight into the subjective impacts on residents. The text argues for moving beyond isolated actions, advocating for structural changes in urban planning and management with a focus on social justice and the right to the city. It also highlights the need to deconstruct the stigma associated with these territories and recognize the dignity of their inhabitants. Finally, the chapter stresses the importance of intersectoral actions and active community participation

as fundamental paths toward effective public policies and the construction of more just and equitable cities.

KEYWORDS: Territorial vulnerability. Social justice. Public policies.

INTRODUÇÃO

O fenômeno dos territórios vulneráveis constitui um desafio multifacetado, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, onde se origina de históricos processos de exclusão, desigualdade e falhas no planejamento urbano. Essa vulnerabilidade resulta em privação de direitos básicos e limitações no acesso a serviços essenciais, afetando significativamente a população. Compreender como essa condição se forma e persiste é fundamental para a criação de políticas públicas eficazes e para a promoção da justiça social e espacial. Este capítulo realiza uma revisão bibliográfica sistemática sobre o conceito de “território vulnerável”, abordando suas origens teóricas, definições, características e as razões de sua persistência no contexto brasileiro.

A análise dos territórios vulneráveis extrapola a carência de infraestrutura, englobando invisibilidade social, exclusão de políticas públicas e marginalização de comunidades. O tema exige um olhar interdisciplinar — geografia, sociologia, urbanismo, saúde pública, direito e economia — dada sua complexidade e as conexões entre condições de vida, saúde e dinâmicas sociais. A vulnerabilidade, conforme estudos recentes, é ativa e causadora de impactos profundos, não apenas uma ausência, mas uma violência estrutural “embutida na estrutura política, econômica e simbólica da sociedade”, expressa por dominação, exploração, desigualdade e marginalização (CORRÊA et al., 2021). Essa violência influencia o acesso à saúde, educação, bens essenciais e a liberdade dos habitantes, impondo-lhes situações de negação de direitos apesar da criatividade e resistência presentes nos territórios. Adota-se, assim, uma perspectiva crítica para desvendar os mecanismos que sustentam e reforçam essa vulnerabilidade e suas consequências para a dignidade e a vida dos moradores (HÜNING et al., 2018).

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar criticamente o conceito de “território vulnerável”, explorando suas origens, evolução teórica, definições e características predominantes. Busca compreender as causas estruturais da vulnerabilidade, bem como seu impacto sobre a saúde e as condições sociais de indivíduos, grupos e comunidades. Também avalia as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social, o papel das políticas públicas — tanto em suas ações quanto em suas omissões — e os desafios enfrentados por profissionais e gestores da saúde nas práticas de cuidado e promoção da saúde, considerando as implicações psicossociais e a complexidade dos territórios estudados.

METODOLOGIA

O texto foi construído a partir de uma abordagem qualitativa, buscando aprofundar

a compreensão sobre o conceito de “território vulnerável”. Foram consultados artigos científicos, capítulos de livros, teses e dissertações que abordassem a temática em contextos brasileiros, priorizando publicações nas últimas duas décadas para garantir a atualidade da discussão. A seleção dos estudos foi realizada por meio de uma pesquisa abrangente em bases de dados acadêmicas, utilizando termos de busca como “território vulnerável”, “exclusão espacial”, “desigualdade urbana”, “vulnerabilidade social” e “favelas e vulnerabilidade”.

Foram selecionados 30 estudos, entre artigos, livros, capítulos de livros, dissertações, etc., nos quais se buscou identificar os principais conceitos, características, desafios e implicações relacionados aos territórios vulneráveis; apenas 11 trabalhos estão referendados, nos quais se encontraram os aspectos mais relevantes para o texto presente. Durante a análise buscou-se sintetizar as principais abordagens conceituais e empíricas sobre as práticas de avaliação e promoção da saúde, a atuação da psicologia e da assistência social, as condições epidemiológicas de bairros vulneráveis, a violência estrutural e as vivências interseccionais de exclusão em contextos de alta vulnerabilidade, proporcionando uma visão multifacetada da vulnerabilidade territorial nos países em desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de “território vulnerável” está inserido em um debate mais amplo sobre as desigualdades espaciais e a marginalização social, tendo raízes em vertentes do pensamento geográfico e sociológico que historicamente analisaram a formação das cidades e as dinâmicas de exclusão. Desde análises clássicas sobre a disfuncionalidade de determinadas áreas urbanas em relação aos centros e bairros estabelecidos, já se delineava a compreensão sobre a ausência de investimentos e o descaso governamental nesses espaços. Corrêa (1995) destaca que o espaço urbano é entendido como um “conjunto de símbolos e campo de lutas”, modelado por agentes sociais como proprietários e o Estado, cujas ações produzem segregação e influenciam diretamente o uso do solo e a localização das moradias.

No Brasil, a vulnerabilidade territorial assume contornos próprios a partir do intenso processo de urbanização e industrialização ocorrido na segunda metade do século XX. A expansão acelerada das periferias e favelas, frequentemente situadas em áreas de risco ou com infraestrutura precária, resultou de um modelo de desenvolvimento econômico excludente, incapaz de garantir moradia digna e serviços essenciais à população migrante. Essa dinâmica revela que tais espaços não são “naturais”, mas sim fruto de uma lógica de produção do espaço pautada pela exclusão e pelo capital, como argumentam Emanuel e Marina (2017) e Corrêa *et al.* (2021). Nesses territórios, as condições de vida precárias, a falta de higiene e de saneamento básico favorecem tanto a proliferação de doenças parasitárias quanto a perpetuação de violências estruturais, como exemplificado por HÜNING *et al.* (2018), ao retratar comunidades onde a eletricidade é clandestina e há constante perigo de desabamento ou choque elétrico, configurando um “mundo sem saneamento e sem as

condições básicas de vida”.

A partir das décadas de 1980 e 1990, a intensificação das desigualdades sociais e a maior visibilidade das favelas e periferias impulsionam a articulação mais clara do conceito de vulnerabilidade nos debates acadêmicos e nas políticas públicas. Nesse contexto, a questão não está apenas na ausência de atuação estatal, mas sim na presença seletiva ou mesmo na omissão deliberada diante de determinados territórios, produzindo uma dualidade entre áreas reconhecidas e valorizadas e outras submetidas ao esquecimento ou à estigmatização. O debate sobre direitos humanos e o direito à cidade reforça que viver em territórios ditos vulneráveis implica a inacessibilidade de direitos fundamentais, evidenciando como a violência estrutural e a ineficiência das políticas públicas intensificam a exclusão, especialmente da população negra e pobre (CORRÊA *et al.*, 2021).

Essa persistência da vulnerabilidade territorial constitui um desafio para a avaliação de políticas e programas de promoção da saúde, ao exigir a aferição contínua do impacto das intervenções nesses espaços (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Nos estudos mais recentes sobre saúde pública e coletiva, o termo “territórios vulneráveis” é utilizado para descrever áreas historicamente desfavorecidas, onde doenças subsistem diante da ausência de saneamento, de acesso à saúde e das condições dignas de vida, evidenciando, assim, uma vulnerabilidade sistêmica que transcende o campo da saúde e revela falhas estruturais do Estado e da sociedade.

A definição de território vulnerável é multifacetada e atravessa diferentes áreas do conhecimento, variando conforme a perspectiva disciplinar e o contexto em que é utilizada. Em geral, refere-se a espaços que enfrentam carência sistemática de investimentos públicos e privados, infraestrutura básica, serviços essenciais e atenção governamental, o que resulta em condições precárias de vida para seus habitantes. Batista *et al.* (2013) caracterizam esses territórios como áreas urbanas marcadas por “desigualdades socioespaciais”, “localização periférica”, “isolamento espacial” e “alta concentração de baixa renda e escolaridade”, implicando “segregação socioespacial” e pouco acesso a direitos básicos. A vulnerabilidade territorial resulta da interação entre fatores como pobreza, violência, fragilidade institucional e falta de infraestrutura urbana, saúde, educação e trabalho (CASTRO-SILVA *et al.*, 2020). Assim, mais do que um espaço físico, trata-se de um espaço vivido e relacional, onde desigualdades históricas e exclusão moldam as experiências dos moradores. Vale ressaltar que a presença de vulnerabilidade não implica ausência de potencialidades ou passividade: muitas dessas áreas desenvolvem estratégias de resistência, solidariedade e organização comunitária, evidenciando capacidades de enfrentamento e protagonismo social. Compreender a complexidade desses territórios exige olhar atento às intersecções entre desigualdades sociais, urbanas, ambientais, de raça e de gênero, ampliando o potencial de respostas intersetoriais à vulnerabilidade.

As características dos territórios vulneráveis são interligadas, formando um sistema de vulnerabilidades que afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores. Entre elas destaca-se a precariedade ou ausência de infraestrutura urbana — como saneamento,

iluminação, pavimentação e drenagem — que contribui para a insalubridade e proliferação de doenças. Corrêa *et al.* (2021) destacam a falta de saneamento e a dificuldade de implementar a reciclagem em moradias precárias, enquanto Hünning *et al.* (2018) e Oliveira e Teixeira (2017) mencionam a presença de esgoto lançado diretamente nos rios. A insuficiência da infraestrutura urbana, além de ser fator estrutural da reprodução da pobreza, gera impactos sociais, ambientais e econômicos, dificultando o acesso à saúde devido ao transporte ineficiente e à precariedade viária. Isso compromete o atendimento e a atuação de equipes de saúde, bem como programas de saúde da família (HÜNNING *et al.*, 2018). A ausência de coleta de lixo regular, por sua vez, provoca acúmulo de resíduos, atração de vetores e poluição hídrica, agravando a exclusão ambiental dos moradores (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Iluminação pública precária e más condições das vias ampliam a violência urbana, restringem a circulação noturna e expõem os moradores a riscos (CORRÊA *et al.*, 2021).

Muitos desses territórios localizam-se em áreas ambientalmente frágeis, como encostas, margens de rios poluídos ou próximo a lixões. O déficit de planejamento e a ocupação desordenada, aliados à ausência de políticas ambientais, contribuem para desastres e degradação ambiental, afetando a saúde e a segurança da população. Emanuel e Marina (2017) detalham a importância do solo como fonte de infecção parasitária em locais com infraestrutura deficiente de saneamento, agravando o risco sanitário e ambiental (CORRÊA *et al.*, 2021; HÜNNING *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Do ponto de vista socioespacial, um território vulnerável é caracterizado pela manifestação aguda da segregação socioespacial, refletindo a profunda desigualdade na distribuição de recursos, oportunidades e direitos. Embora frequentemente situados dentro do tecido urbano, esses territórios são, na prática, funcionalmente desconectados dos centros de decisão, poder político e econômico, o que intensifica a exclusão de seus moradores (BATISTA *et al.*, 2013). A marginalização das populações em territórios vulneráveis restringe o acesso a políticas públicas, equipamentos urbanos e direitos básicos, criando um círculo vicioso difícil de romper. Em muitos casos, as intervenções do Estado nesses espaços são fragmentadas e pontuais, desarticuladas das demandas reais e dos saberes locais, o que compromete sua efetividade e sustentabilidade (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

No campo da saúde pública, os territórios vulneráveis expõem os efeitos da desigualdade estrutural, concentrando fatores que amplificam riscos sanitários e epidemiológicos. Nessas áreas, determinantes sociais — como acesso precário a serviços, moradia inadequada, falta de saneamento básico e baixa escolaridade — interagem, favorecendo o surgimento e a persistência de doenças evitáveis. Há forte associação entre vulnerabilidade territorial e doenças tropicais negligenciadas, que atingem principalmente crianças devido a condições precárias de higiene e infraestrutura (EMANUEL; MARINA, 2017).

Quase metade da população de certas regiões está exposta a alto risco social, aumentando a incidência de enfermidades (ALMEIDA, 2021). Esse cenário é agravado

pela baixa capacidade de resposta estatal, pela fragmentação do acesso ao SUS e pela dependência de iniciativas pontuais ou de organizações civis para suprir lacunas (ENGSTROM; TEIXEIRA, 2016). Fatores como moradias insalubres, carência de água potável e de saneamento facilitam a disseminação de doenças infecciosas (CORRÊA *et al.*, 2021); enquanto a desigualdade no acesso a diagnóstico e tratamento perpetua ciclos de doença e morte precoce em populações vulneráveis. Além disso, questões psicossociais — medo, insegurança, falta de pertencimento — limitam o acesso a serviços e à prevenção. Estratégias inovadoras surgem como respostas emergenciais, mas enfrentam desafios estruturais e precisam ser integradas à rede regular de saúde (ENGSTROM; TEIXEIRA, 2016). Apesar disso, esses territórios se destacam também pela resistência coletiva: práticas solidárias e ações comunitárias buscam complementar o cuidado e garantir o direito à saúde.

Territórios vulneráveis enfrentam graves restrições de acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transporte e segurança, o que perpetua a desigualdade e limita oportunidades de ascensão social. Escolas em condições precárias, como ausência de água potável e infraestrutura deficiente, sofrem com alta evasão escolar e dificuldades para professores e alunos (CORRÊA *et al.*, 2021). Políticas públicas ineficazes agravam essa realidade, demonstradas, por exemplo, pela distribuição de alimentos que demanda custos de transporte para as famílias e pela limitação das cestas básicas. Cortes orçamentários e carências estruturais no SUS, especialmente na Atenção Primária, reduzem a qualidade do cuidado, levando à dependência de instituições filantrópicas que prestam atendimento seletivo (CORRÊA *et al.*, 2021; ALMEIDA, 2021). Gerentes de unidades de saúde relatam problemas como rotatividade de profissionais, falta de materiais e controle precário dos recursos. Além disso, essas áreas apresentam altos índices de violência, resultando em insegurança, mobilidade restrita e sofrimento cotidiano. A atuação policial, frequentemente discriminatória, soma-se à violência entre grupos criminosos, afetando principalmente jovens e homens negros (CORRÊA *et al.*, 2021; ALMEIDA, 2021). Profissionais de saúde se deparam com casos de maus-tratos, ameaças do tráfico e precisam agir com cautela diante do medo e da vulnerabilidade. Relatos dramáticos evidenciam a impotência frente à violência e às perdas recorrentes nessas comunidades (ENGSTROM; TEIXEIRA, 2016; HÜNING *et al.*, 2018).

A exposição constante à violência em territórios vulneráveis tem graves impactos na saúde mental de moradores e profissionais, manifestando-se em medo crônico, ansiedade e sensação de desamparo. Dificuldades de mobilidade, geradas por confrontos e “toques de recolher”, prejudicam o acesso a direitos básicos como educação, trabalho e saúde. Embora a violência acabe sendo normalizada, surgem espaços de solidariedade e auto-organização comunitária como formas de resistência e suporte, especialmente para jovens. No entanto, crianças e adolescentes continuam especialmente expostos a riscos, perpetuando a exclusão social. A insuficiência de políticas públicas e a presença estatal predominantemente repressiva agravam esse cenário, limitando oportunidades

de desenvolvimento e proteção (CORRÊA *et al.*, 2021; ALMEIDA, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A alta concentração de famílias em situação de pobreza, aliada ao desemprego, subemprego, baixa escolaridade e renda inferior à média, revela um quadro de extrema vulnerabilidade social e econômica. O acesso restrito ao trabalho formal, ausência de políticas inclusivas e condições precárias de moradia e alimentação perpetuam o ciclo da pobreza (CORRÊA *et al.*, 2021). Pesquisas realizadas em regiões com altos índices de vulnerabilidade, como em Belo Horizonte, destacam populações marcadas por múltiplas carências e riscos sociais elevados (ALMEIDA, 2021). A informalidade surge como principal meio de subsistência — exemplificada pelo trabalho de catadoras, desempregados e moradores das periferias — evidenciando a insuficiência de proteção laboral e previdenciária (HÜNING *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A exclusão do acesso a políticas públicas de proteção social, como transferência de renda e qualificação profissional, é agravada pelo racismo estrutural, intensificando desigualdades especialmente em territórios negros e periféricos (COSTA *et al.*, 2019). A instabilidade econômica impacta diretamente a segurança alimentar, levando famílias à difícil escolha entre aluguel, alimentação ou educação dos filhos (CORRÊA *et al.*, 2021). Estudos sobre comunidades próximas a lixões mostram a naturalização do trabalho informal e infantil, ampliando vulnerabilidades (OLIVEIRA *et al.*, 2017). O desemprego e subemprego afetam também a saúde mental e física, além de aumentar a exposição à violência (EMANUEL; MARINA, 2017).

A limitação de crédito, a ausência de regularização fundiária e dificuldade no acesso à moradia digna mantêm as famílias em situações precárias e aprofundam desigualdades intergeracionais, restringindo chances de mobilidade social futura (HÜNING *et al.*, 2018). Diante desse panorama, torna-se urgente implementar políticas integradas de emprego, renda, qualificação profissional contextualizada, incentivo ao empreendedorismo comunitário e fortalecimento da proteção social.

Nos territórios considerados vulneráveis, observa-se uma baixa dinâmica produtiva formal, evidenciada por altas taxas de desemprego e subemprego, prevalência da economia informal e escassez de mobilidade social, resultando em poucas perspectivas de ascensão econômica para os moradores (CORRÊA *et al.*, 2021). As oportunidades são limitadas tanto pela falta de empregos formais quanto pela ausência de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento local. Os obstáculos ao acesso ao crédito, à educação formal de qualidade e à qualificação profissional dificultam a inserção e a permanência, em especial de jovens e adultos, em cursos técnicos e universitários, perpetuando o ciclo da precarização (SILVA; SILVA, 2016; HÜNING *et al.*, 2018). A desigualdade de oportunidades e os impactos sociais negativos recaem de forma ainda mais intensa sobre mulheres e pessoas negras, que foram especialmente afetadas durante a pandemia de COVID-19 — enfrentando aumento do desemprego e sobrecarga de trabalho doméstico. Além disso, a descontinuidade das políticas públicas e a falta de canais de participação social efetivos reforçam o sentimento

de exclusão e impedem que as reais demandas das comunidades sejam consideradas nos processos de planejamento e execução das políticas (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A vulnerabilidade territorial é resultado de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais interligados. A herança escravocrata e a exclusão de negros e indígenas contribuíram para uma urbanização desigual, com populações marginalizadas ocupando áreas de risco e periferias. Esse passado colonial fundamenta a violência estrutural e a segregação, reforçadas por um planejamento urbano orientado pelos interesses do capital imobiliário e das elites, que privilegia regiões de maior rentabilidade e ignora ou invisibiliza territórios periféricos e favelados. Nessas áreas, a autoconstrução em terras precárias é comum, consolidando favelas como expressão máxima da desigualdade socioespacial (PASTERNAKI; BOGUA, 2024; ALMEIDA *et al.*, 2020).

Agestão pública ineficiente, marcada por falta de planos abrangentes, descontinuidade e burocracia, soma-se à fragmentação das políticas e à priorização de soluções paliativas – como o Auxílio Emergencial –, muitas vezes ineficazes (CORRÊA *et al.*, 2021). A “invisibilização” dessas comunidades é reforçada por estigmas sociais e midiáticos, frequentemente racializados, que as associam à violência e à desordem, dificultando o acesso a direitos e perpetuando sua subalternidade (CORRÊA *et al.*, 2021; HÜNING *et al.*, 2018).

Problemas estruturais, como corrupção, sucateamento do sistema público de saúde e falta de institucionalização de programas sociais, agravam a vulnerabilidade, impedindo que políticas cheguem a quem mais precisa (CORRÊA *et al.*, 2021; ALMEIDA, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2017). Movimentos de resistência e luta existem nesses territórios, mas enfrentam desmobilização, escassez de acesso à informação, baixa adesão a espaços participativos (como colegiados gestores de UBS) e dificuldade para influenciar decisões. A descontinuidade de políticas e programas desestimula o engajamento comunitário, enfraquecendo a incidência política e o potencial de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os “territórios vulneráveis” não são frutos do acaso, mas resultado de escolhas e dinâmicas políticas, econômicas e históricas que perpetuam desigualdades na formação socioespacial brasileira. A vulnerabilidade vai além da falta de infraestrutura: envolve a negação de direitos, a invisibilidade social e a reprodução de ciclos de exclusão.

Compreender esses territórios exige uma abordagem multidisciplinar, que considere aspectos urbanísticos, sociais, econômicos, de saúde e ambientais. A psicologia, ao atuar nesses contextos, amplia a discussão ao analisar o impacto subjetivo da vulnerabilidade sobre indivíduos e ao propor escuta sensível às narrativas locais — fundamental para intervenções contextualizadas e menos colonizadoras.

Para superar a vulnerabilidade territorial, é necessário romper com ações pontuais e promover mudanças estruturais no planejamento e na gestão da cidade, priorizando a justiça social e o direito à cidade. O estigma e a desvalorização simbólica dessas áreas

devem ser desconstruídos, reconhecendo-se a dignidade e o protagonismo de seus moradores. Intersetorialidade e enfrentamento das violências estruturais são indispensáveis para que as políticas públicas realmente atendam às demandas sociais. Somente por meio de articulação entre Estado, sociedade civil e a própria população — valorizando as resistências cotidianas — será possível construir cidades mais justas, saudáveis e democráticas, promovendo a cidadania plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Thiara Amanda Corrêa de. **Prática de gerentes na atenção primária: singularidades do atendimento à população em situação de vulnerabilidade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; ALVES, Luciana. Família, escola, território vulnerável. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 3-39, jan./jul. 2017.
- CASTRO-SILVA, Carlos Roberto de *et al.* Desigualdades e subjetividade: construção da práxis no contexto da pandemia de Covid-19 em território vulnerável. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 2, e210029, 2021.
- CORRÊA, Milena Dias *et al.* As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 2, e210001, 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3ª ed. 1995.
- EMANUEL, Germán Martínez; MARINA, Natalia Cardillo. Epidemiología de parásitos zoonóticos en barrios vulnerables. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; Argentina. Ministerio de Salud de la Nación. **Dirección de Investigación en Salud**, maio 2017. 33 p. (Non-conventional). Disponível em: pesquisa.bvsalud.org. Acesso em: 08 set. 2025.
- ENGSTROM, Elyne Montenegro; TEIXEIRA, Mirna Barros. Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1839-1848, jun. 2016.
- HÜNING, Simone Maria *et al.* Nas Margens: Psicologia, Política de Assistência Social e Territorialidades. **Polis e Psique**, v. 8, n. 3, p. 52-69, 2018.
- OLIVEIRA, Rosana Therezinha Queiroz de *et al.* Matriz de avaliação de programas de promoção da saúde em territórios de vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3915-3932, 2017.
- PASTERNAKI, Suzana; BOGUA, Lucia Maria Machado. Favela como face extrema da segregação. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 16, e20230164, 2024.
- SILVA, Alex Pizzio; SILVA, Márcia Michelle Carneiro da. Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano: Uma Análise à Luz da Política Pública de Assistência Social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 14, n. 35, p. 177-206, jul./set. 2016.